

# AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA AUSTRÁLIA

**COLLETTE TAYLER**

**TRADUÇÃO: Peter Laspina**

## **RESUMO**

*O presente trabalho apresenta o esquema do novo sistema de qualidade da educação infantil implementado na Austrália, relatando a pesquisa que foi designada para configurar a avaliação e a pontuação de desempenho com base nos padrões acordados. As etapas da implementação foram planejadas para assegurar a validade, a confiabilidade e a aplicação consistente do instrumento de avaliação em todo o país. Evidências preliminares foram apresentadas nos resultados desse processo de avaliação da qualidade. Questões e processos relativos à implementação revelam as principais áreas que merecem atenção quando um país se empenha em melhorar a qualidade de seus serviços de educação e cuidados infantis, especialmente em sociedades que apresentam um sistema complexo, com diferentes níveis de governo e em que a população é composta de grupos culturais, linguísticos e étnicos diversos.*

\* Do original em inglês "Assessing the quality of Australian early childhood education and care services".

**PALAVRAS-CHAVE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE • EDUCAÇÃO INFANTIL • AUSTRÁLIA • POLÍTICAS PÚBLICAS.**

## **RESUMEN**

*El presente trabajo presenta el esquema del nuevo sistema de calidad de la educación infantil implementado en Australia, y relata el estudio efectuado para configurar la evaluación y el puntaje de desempeño en base a los estándares acordados. Las etapas de la implementación se planificaron para asegurar la validez, la confiabilidad y la aplicación consistente del instrumento de evaluación en todo el país. Se presentaron evidencias preliminares en los resultados de dicho proceso de evaluación de la calidad. Cuestiones y procesos relativos a la implementación revelan las principales áreas que merecen atención cuando un país se empeña en mejorar la calidad de sus servicios de educación y cuidados infantiles, especialmente en sociedades que presentan un sistema complejo, con distintos niveles de gobierno y en las que la población se compone de grupos culturales, lingüísticos y étnicos diversos.*

**PALABRAS CLAVE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD • EDUCACIÓN INFANTIL • AUSTRALIA • POLÍTICAS PÚBLICAS.**

## **ABSTRACT**

*This study presents the plan of the new system of early childhood education quality implemented in Australia, reporting the research that was referenced in order to establish performance evaluation and scoring, based on agreed-upon standards. The steps for implementation were planned to ensure the validity, reliability and consistent application of the evaluation instrument across the entire country. Preliminary evidence was presented in the results of this process of quality evaluation. Issues and processes related to the implementation reveal the main areas that deserve attention, when a country commits to improving the quality of its early childhood education and care services, especially in societies that present a complex system with different levels of government and in which the population is composed of various cultural, linguistic and ethnic groups.*

**KEYWORDS EVALUATION OF QUALITY • EARLY CHILDHOOD EDUCATION • AUSTRALIA • PUBLIC POLICIES.**

## **INTRODUÇÃO**

Mudanças sistemáticas ocorridas nos serviços de educação infantil (EI) influenciam a elaboração de políticas, a regulamentação, a academia, os programas de formação, os profissionais da EI, as famílias e os empresários, em toda a Austrália. Essas mudanças são o resultado da introdução de uma Estrutura Nacional de Qualidade (ENQ) para a primeira infância (AUSTRALIA, 2009a, 2009b). Esse novo documento se propõe a orientar um sistema integrado e abrangente, cujo objetivo é garantir a qualidade de todos os serviços e programas para as crianças. O documento propõe mudanças na gestão das três dimensões dos serviços de EI (estrutural, processual e contextual). Espera-se que isso traga benefícios para todos os envolvidos (as crianças, as famílias, os prestadores dos serviços e os órgãos do governo). Definir e assegurar novos padrões, mais elevados, para a EI é primordial para garantir um sistema de qualidade, e isso afeta os hábitos, as tradições e as práticas cotidianas, desafiando a forma como a educação e os cuidados infantis são considerados por todos os envolvidos.

O presente estudo apresenta o sistema de EI da Austrália e fornece informações sobre a elaboração da Estrutura Nacional de Qualidade<sup>1</sup> e seus componentes. Atenção especial foi dada à origem, à natureza e ao conteúdo do Padrão Nacional de Qualidade (PNQ), ao processo de seu desenvolvimento e à calibração do instrumento de avaliação e pontuação utilizado para medir a qualidade dos serviços com base nos padrões nacionais estabelecidos pela norma. A reforma do sistema é considerada à luz de processos de mudanças e etapas pelas quais os participantes passaram durante a reforma. A gestão da avaliação e pontuação da qualidade em uma república federativa é o foco principal do estudo, e os resultados preliminares da avaliação da qualidade dos serviços com base no novo padrão são relatados aqui. Os processos e as questões relativas à implementação e aos desafios e etapas das mudanças sistêmicas são apresentadas. É provável que esses processos afetem os resultados com o passar do tempo, bem como o ponto de vista das pessoas envolvidas.

Houve um esforço para integrar as regulamentações básicas e os padrões de qualidade em um único sistema. Esse movimento é uma tentativa de se afastar da abordagem de inspeção, anteriormente utilizada, e por meio do documento “Padrão Nacional de Qualidade”, fomentar o compromisso das unidades de EI de melhoria contínua em vez de simplesmente cumprir as regulações básicas.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL NA AUSTRÁLIA**

O sistema de EI<sup>2</sup> na Austrália abrange uma mescla bastante diversificada de serviços que oferecem educação e cuidados a crianças desde o nascimento, incluindo duas categorias amplas de serviços. A primeira – serviços em unidades educativas – engloba creches em período integral, pré-escolas e instituições de cuidados fora do horário escolar (geralmente em dependências da escola). A segunda – serviços domiciliares – abrange creches domiciliares e outras formas limitadas de atendimento no ambiente doméstico. O serviço de creche em período integral geralmente abrange atendimento durante todo o dia ou a possibilidade de período parcial,

**1** O documento “Estrutura Nacional de Qualidade” (National Quality Framework) inclui todas as partes da reforma no sistema, especificamente as leis e regulamentações. Por sua vez, o documento “Padrão Nacional de Qualidade” (National Quality Standard) lista e explica as sete dimensões de qualidade, os 18 padrões e 58 elementos, e serve como instrumentos de avaliação, trazendo espaço para os avaliadores fazerem anotações durante a avaliação.

**2** A escolarização compulsória na Austrália se inicia aos 5-6 anos de idade, dependendo do Estado.

para crianças desde o nascimento até os 5 anos de idade. Alguns ambientes de período integral incluem programas de “pré-escola” e cuidados além do horário escolar para as crianças matriculadas. Os serviços de EI podem ser oferecidos em instituições designadas apenas para crianças entre 0 e 5 anos ou em terreno compartilhado com outra instituição, ou, ainda, compartilhado com uma escola. As creches domiciliares envolvem serviços para pequenos grupos de crianças em ambiente doméstico, prestados por educadores registrados. Esse serviço destina-se principalmente a crianças de 0 a 5 anos de idade, permitindo também a participação de crianças em idade escolar antes e depois do horário escolar, e nas férias e feriados escolares. Os educadores trabalham em parceria com uma coordenação local focada nesses serviços domiciliares. A “pré-escola” geralmente tem horário parcial e programa baseado no brincar, contando com professores formados, cujo objetivo é atender as crianças um ou dois anos antes de ingressarem na escola primária em horário integral. Os programas de pré-escola podem ser oferecidos em diversos formatos, incluindo prédios exclusivos para pré-escola, ou em terreno compartilhado com outra instituição, ou, ainda, compartilhado com uma escola primária.

Com padrões semelhantes aos de outras federações ocidentais, como o Reino Unido e os Estados Unidos, o setor de EI australiano é tanto complexo quanto diversificado, abrangendo um leque de diferentes prestadores e tipos de serviços. Os serviços são tipicamente classificados de acordo com o gerenciamento e as bases financeiras, como “instituições comunitárias sem fins lucrativos” ou “instituições privadas com fins lucrativos”. Entre as instituições sem fins lucrativos figuram: governamentais (estaduais e locais); escolas e organizações comunitárias; igrejas e outros grupos relacionados ao bem-estar social. As instituições com fins lucrativos abrangem um grupo igualmente diversificado de empresas privadas que geralmente investem nas creches de período integral. Elas operam comercialmente e recebem uma parcela significativa de sua receita operacional por meio de pagamentos de benefícios de EI do governo australiano. Muitas das instituições comunitárias sem fins lucrativos são

pré-escolas cuja fonte principal de financiamento vem dos governos estaduais e territoriais.<sup>3</sup>

**3** A Austrália possui seis estados e dois territórios.

Há 14.358 instituições de EI gerenciadas por 7.258 entidades prestadoras de serviços, espalhadas por toda a Austrália, que funcionam a partir do sistema nacional de gestão da qualidade. Isso reflete a expansão de 11% do sistema em 2013 (AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY – ACECQA, 2014), com ênfase no aumento da demanda dos pais por programas de EI para seus filhos. Cada estado e cada território apresentam composições diversas de serviços (comunitários, privados, não governamentais ou governamentais), e mais de 80% das entidades prestadoras de serviços operam com um único tipo de serviço. Uma característica peculiar é que qualquer tipo de serviço atrai financiamento do governo e, conseqüentemente, todos esses serviços estão sujeitos à regulamentação pelo governo e aos respectivos processos de garantia de qualidade.

O sistema australiano de EI é regido por uma nova estrutura regulatória e operacional (desde 2012), que reúne as iniciativas de todos os níveis de governo (federal, estaduais, territoriais e locais). Os antigos órgãos administrativos gerenciavam sistemas separados de serviços de pré-escola e cuidados infantis, e governavam por meio de diversos conjuntos separados de leis e regulações para diferentes tipos de serviços em unidades e domiciliares dentro de cada estado e território na Austrália. A cooperação intergovernamental é o âmago da manutenção da nova estrutura unificada. Sob o sistema regulatório e operacional unificado, tanto o governo australiano quanto os órgãos estaduais e territoriais continuam a exercer um papel importante no financiamento e na supervisão dos serviços. Em relação às políticas para a primeira infância, o governo federal fornece a maior parcela do financiamento, e, em relação à pré-escola, os governos estaduais e territoriais continuam financiando diretamente os serviços, sendo, contudo, independentes em relação ao governo federal para fins de transferências orçamentárias sob os acordos de “Parcerias Nacionais”. O governo em nível estadual/territorial administra o sistema nacional unificado de licenciamento de EI e de verificação de conformidade,

inclusive a avaliação e a pontuação da qualidade de todos os serviços licenciados.

A cada ano, a Comissão de Produtividade do Governo Australiano publica um relatório sobre os serviços de EI que indica o *status* de equidade (níveis de acesso por grupos diferentes), bem como a eficácia e a eficiência do sistema (vide, por exemplo, Comissão Australiana de Produtividade – Australian Productivity Commission, 2014). Entretanto, como os serviços relativos ao atendimento fora do horário escolar são incorporados a esses dados, há uma capacidade limitada de se apurarem dados detalhados sobre o acesso aos serviços e sua utilização por crianças na primeira infância (do nascimento aos 5 anos de idade). Além disso, as crianças australianas podem ter acesso a diversos tipos de serviços de EI ao mesmo tempo, principalmente crianças cujas famílias fazem arranjos semanais matriculando-as em programas de pré-escola específicos de “curta duração” e em unidades de atendimento integral no restante do dia. Mesmo considerando essas limitações, a transparência na provisão e no acesso do sistema de EI tem melhorado nos últimos anos. Isso se deve à coleta nacional de dados sobre a EI, com estatísticas comparáveis de estados e territórios, reunidas de acordo com os padrões do conjunto de dados nacionais. O sistema também gera relatórios sobre o nível de acesso aos serviços de EI de grupos de crianças com necessidades especiais, incluindo crianças com deficiência, crianças de grupos étnicos minoritários e crianças de áreas e regiões remotas (AUSTRALIAN PRODUCTIVITY COMMISSION, 2014).

## **O SURGIMENTO DA ESTRUTURA NACIONAL DE QUALIDADE**

Tanto o crescimento da demanda por serviços quanto a busca por melhorias nos padrões e níveis de qualidade dos ambientes de EI não são preocupações exclusivas da Austrália. As experiências que as crianças têm durante a primeira infância influenciam fortemente suas perspectivas de vida e sua aprendizagem. A EI de alta qualidade tem demonstrado efeitos positivos em vários aspectos da vida das crianças

(LANDRY et al., 2001; CAMPBELL et al., 2014), particularmente no caso de crianças que vivem sob circunstâncias desfavoráveis (BURCHINAL et al., 2000; LANDRY et al., 2001). O modelo de cuidados infantis baseado na custódia, que não se focam em estimular e proporcionar experiências de aprendizagem, podem ter efeito prejudicial a longo prazo, além de representarem desperdício de investimentos (SYLVA et al., 2011; BURCHINAL et al., 2000). Fatores associados a oportunidades positivas no início da vida, e que garantem saúde e bem-estar a longo prazo, incluem relacionamentos consistentes e construtivos (inclusive vínculos, aproximação, cuidados e confiança) (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000), atividades interessantes e desafiadoras voltadas para o brincar (HARRIS HELM; KATZ, 2011), bem como o capital cultural, social e educacional, e das famílias das crianças (BOURDIEU, 2011; PUTNAM, 2000). Ambientes de EI que promovem interações e relacionamentos responsivos são os que apresentam as melhores probabilidades de proporcionar os níveis mais altos de desenvolvimento das crianças (HAMRE et al., 2013; PEISNER-FEINBERG et al., 2001; HAMRE; PIANTA, 2001; SHONKOFF; PHILLIPS, 2000).

Cada nação pode ter diferentes abordagens para o desenvolvimento e a provisão dos serviços de EI, porém há características comuns associadas aos altos padrões de qualidade. Os “relatórios temáticos sobre a provisão dos serviços de EI – *Starting Strong II*” relatam a importância de os países terem uma visão da infância no âmbito da sociedade; metas claras para o desenvolvimento infantil que podem ser compreendidas pelas comunidades; compromisso público com o envolvimento nos cuidados e na educação de crianças na primeira infância; serviços licenciados com pessoal qualificado (a qualificação implica pelo menos três anos de educação de nível superior com estudos especializados em primeira infância), e que se comprometam regularmente com o desenvolvimento profissional; padrões em relação à proporção de crianças/profissionais, tamanho dos grupos, saúde e segurança; abordagens integradas que asseguram a coesão dos cuidados, da educação, da saúde e do apoio às famílias; integração das políticas e dos sistemas administrativos que

englobam os serviços; linhas claras de responsabilidade e colaboração entre órgãos governamentais federais, estaduais e/ou locais; educação pública multifacetada em relação ao desenvolvimento infantil e aos cuidados com as crianças, para auxiliar as famílias nos cuidados com suas crianças, bem como informar sobre as opções de cuidados não familiares; reconhecimento e recompensas a serviços que excedam os requisitos mínimos de licenciamento, de forma a encorajar a melhoria contínua; subsídios mais altos para crianças na primeira infância e com necessidades especiais; acesso universal à “pré-escola” por meio de serviços públicos ou de financiamento do governo para organizações contratadas no sentido de oferecer serviços, atendendo a um padrão de qualidade; diretrizes claras em relação a currículos e programas infantis que envolvam todas as famílias das crianças; e monitoramento contínuo e exames, pesquisas e avaliações de impacto e a redefinição dos direcionamentos (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD, 2006). Esse levantamento da OECD exerceu influência na reestruturação dos serviços de EI na Austrália, com a reforma do trabalho sendo orquestrada em 2009 por intermédio do conselho dos governos australianos (Council of Australian Government – COAG), um mecanismo que reúne líderes dos governos federal, estaduais e territoriais que trabalham em conjunto para alcançar as prioridades acordadas.

Em nível de sistema, assuntos relacionados à orientação e à estrutura do sistema são importantes para a definição dos padrões mínimos de qualidade dos programas para a primeira infância (BURCHINAL et al., 1996). Essas condições podem ser relatadas como “qualidade estrutural” (ISHIMINE; TAYLER; BENNETT, 2010; PIANTA et al., 2009; PESSANHA, AGUIAR; BAIRRAO, 2007) e abrangem o acesso ao financiamento público, a disponibilidade de serviços e a viabilidade econômica, a proporção de crianças por profissional e o tamanho dos grupos, o espaço físico, a saúde e a segurança, os níveis de qualificação dos profissionais e a formação em serviço, o currículo e o programa vigentes. Além disso, a qualidade dos processos no âmbito dos programas de EI é um preditor-chave do desempenho das crianças, e é considerada

fundamental em qualquer sistema de avaliação de qualidade (SABOL et al., 2013; PIANTA et al., 2009; TOUT; ZASLOW, 2010; HOWES et al., 2008; MASHBURN et al., 2008). A qualidade do processo inclui as interações entre adultos e crianças, bem como as experiências positivas e interessantes cognitivamente. Descobriu-se que essas experiências exercem influência positiva no desenvolvimento da criança (SIRAJ-BLATCHFORD et al., 2011; NEUMAN; CARTA, 2011; TOUT; ZASLOW, 2010; BURCHINAL; CRYER, 2003; DICKINSON; SMITH, 2001).

A Estrutura Nacional de Qualidade trata tanto das dimensões estruturais quanto do processo dos serviços de educação e cuidados na primeira infância. Esse padrão engloba os seguintes documentos: The National Law (VICTORIAN GOVERNMENT, 2010), National Regulations (AUSTRALIA, 2011b), the National Quality Standard (ACECQA, 2012a), Early Years Learning Framework (AUSTRALIA, 2009b) e Framework for School Age Care (AUSTRALIA, 2011a). Em conjunto, esses dispositivos procuram melhorar a qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento das crianças em todos os tipos de serviços aprovados – creche domiciliar, creche integral, pré-escola – desde o nascimento até a idade escolar, e abrangendo também sistemas de cuidados no período além do horário escolar. Pela primeira vez, os serviços de EI estão sujeitos a dispositivos comuns de regulamentação e qualidade, inclusive com o foco na qualidade do processo (as atividades cotidianas do programa, as práticas pedagógicas). Os padrões descrevem o nível de qualidade exigido nos serviços de educação e cuidados à primeira infância aprovados e licenciados e o Early Years Learning Framework está entrelaçado ao Padrão Nacional de Qualidade. A retórica, no entanto, não define um caminho único para se atenderem os requisitos das sete áreas de qualidade previstas nas normas. Como cada serviço funciona em um ambiente único, espera-se que os educadores e participantes da comunidade trabalhem em conjunto para desenvolver os programas conforme o Padrão Nacional de Qualidade. O que a Austrália fez foi integrar suas regulamentações para serviços de EI e seus processos de melhoria da qualidade, conseguindo, assim, direcionar os prestadores de serviços de tal forma que demonstrem sua observância às normas.

## MUDANÇAS NOS SISTEMAS

Durante o processo de mudança, todas as pessoas envolvidas, voluntária ou involuntariamente, viram-se desafiadas a abrir mão de sua “antiga” forma de fazer as coisas. Bridges (1980) enfatiza as diferenças entre mudança e transição, observando que uma transição requer “abrir mão das antigas realidades”, por ser um processo que envolve términos, transições e novos começos. Deixar de agir de uma forma em troca de um novo direcionamento conceptualiza a ideia de Bridges de um “término”, e mesmo quando é indiscutível que a mudança seja inevitável, as pessoas envolvidas podem não estar dispostas a se ajustarem, e poderão levar consigo uma carga emocional. Dessa forma, as mudanças em sistemas são complexas e podem levar um tempo considerável. Ao promoverem transições, os participantes optam por uma direção e definem metas, mesmo que sejam a princípio provisórias. Os ajustes ocorrem à medida que o direcionamento e as metas se concretizam, de tal forma que as pessoas sejam capazes de se comprometer, aceitar e se apropriar das mudanças. Novos começos tendem a se desenrolar em torno da identidade do grupo e de um novo objetivo comum compartilhado. Este artigo não trata do processo de mudança, porém admite que a mudança possa ser problemática e difícil, e que os resultados esperados da política dos sistemas e das reformas podem não ser alcançados. O tempo investido na aprendizagem profissional e na troca de ideias é importante para se atingirem as metas do sistema.

Entre os mecanismos de gestão utilizados para promover mudanças em sistemas nacionais incluem-se o Conselho Australiano de Governos e o Conselho de Parlamentos. Por intermédio de seus comitês, utilizando a legislação nacional, que possibilita o processo de implementação de uma legislação em diversas jurisdições, a Austrália reuniu a garantia da qualidade, o licenciamento e as atividades de fiscalização e observância da legislação relativos à prestação de serviços de EI. As ações envolveram cooperação sem precedentes entre todos os governos, cuja legislação criou e conferiu funções e poderes a um novo órgão nacional – a Autoridade Australiana para Qualidade da Educação e Cuidados Infantis

(AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY – ACECQA). A legislação também conferiu funções e poderes comuns às Autoridades Reguladoras dos estados e territórios, descrevendo a maneira como devem licenciar, garantir a observância da legislação e designar padrões de qualidade, definindo também os poderes do Conselho Ministerial que tem a função de supervisionar, manter e fazer ajustes em relação à legislação. A ACECQA entrou em operação em 1º de janeiro de 2012, sob a direção de um conselho formado por membros nomeados por cada estado e território, pelo Commonwealth of Australia (Comunidade de Países Independentes) e um presidente independente. A ACECQA orienta a implementação do sistema nacional, orienta o Conselho Ministerial, dirige o sistema nacional de tecnologia da informação e é responsável pela pesquisa e avaliação da Estrutura Nacional de Qualidade.

As etapas decorridas no desenvolvimento do novo sistema de avaliação e pontuação para medir a qualidade dos serviços de EI com base nos padrões acordados é o tema da próxima seção do presente estudo. O trabalho sobre a constituição do “Padrão Nacional de Qualidade” iniciou-se em 2008, com um exame internacional de sistemas de qualidade e debates sobre como deveria ser o sistema australiano ideal de EI, assim como as mudanças políticas e legislativas que seriam possíveis ou necessárias (AUSTRALIA, 2009c). O desenvolvimento do processo de avaliação e pontuação, finalizado em 2012, estava sob responsabilidade de um grupo de especialistas em política de várias partes do país, que listou recomendações e descreveu as experiências iniciais.

### **AVALIAÇÃO DO PADRÃO NACIONAL DE QUALIDADE**

O novo sistema de qualidade entrou em operação em 1º de janeiro de 2012. As principais características do sistema eram: a substituição de sistemas incompatíveis de licenciamento e do antigo sistema de credenciamento de qualidade (NATIONAL CHILDCARE ACCREDITATION COUNCIL, 1993) por um sistema único, integrado e focado em resultados; gestão conjunta entre estado/território e Commonwealth of

Australia (Comunidade de Países Independentes); a redução dos ônus regulatórios; a habilitação de serviços para demonstrar observância ou superação do Padrão (em vez da exigência de se cumprirem listas de atividades ou critérios prescritos); obrigações legais e consequências no caso de o prestador de serviços não cumprir suas obrigações; um processo avaliativo que seja colaborativo, porém com o resultado da avaliação determinado por avaliadores treinados; e o processo de avaliação em si, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços e reflexão sobre a qualidade dos cuidados prestados.

O comprometimento com a pontuação e a avaliação com base no Padrão Nacional de Qualidade, bem como a observância contínua da Lei Nacional fica a cargo das Autoridades Reguladoras dos estados e territórios. A avaliação tem como base as sete áreas de qualidade do Padrão Nacional de Qualidade: programa e prática educacional; saúde e segurança das crianças; ambiente físico; quadros de pessoal; relacionamento com as crianças; parcerias colaborativas com famílias e comunidades; e liderança e gestão dos serviços. O processo avaliativo envolve a determinação do nível de pontuação para cada área de qualidade, bem como a pontuação global, conforme uma escala de pontuação de cinco pontos.

A primeira etapa da avaliação e pontuação refere-se ao serviço de desenvolvimento do plano de melhoria da qualidade, a ser discutido com as famílias e entre os membros da equipe. Essa etapa promove a reflexão sobre as práticas de atendimento e permite flexibilidade aos serviços para que se selecionem áreas específicas do programa ou do trabalho que serão priorizadas. A reflexão pode envolver a atenção a um conjunto de questões. Por exemplo, por que é importante destacar as áreas sujeitas a melhorias? Como as ideias e soluções para melhorias podem ser relevantes para as famílias da comunidade envolvida? Qual a probabilidade de as ações ou soluções propostas melhorarem a aprendizagem das crianças? Como melhorar a qualidade das experiências das crianças no dia a dia? Como ajudar os educadores a se engajarem no trabalho diário com as crianças? De que forma os educadores estão trabalhando como uma equipe para melhorar a aprendizagem das crianças?

Uma vez concluído o plano de melhoria da qualidade, o processo avaliativo inclui visitas a serem feitas por um agente autorizado que colherá evidências da prática, utilizando o instrumento de avaliação e pontuação aprovado (ACECQA, 2012b). Esse agente elabora um relatório, define o período em que o relatório preliminar e as determinações da avaliação estarão disponíveis para o serviço para fins de *feedback*, a possibilidade de ajustes simples, se aplicáveis, e, finalmente, a divulgação dos resultados da avaliação.

Os agentes autorizados são treinados e testados para utilizarem a ferramenta de avaliação e pontuação antes de irem a campo. Sua função durante as visitas de avaliação é a de coletar dados (por meio de observação direta, discussões e análise de documentos) que ilustrem o uso do Padrão Nacional de Qualidade pelas unidades. A decisão sobre o nível de qualidade ocorre após a visita e a análise e reflexão sobre as evidências, e inclui a oportunidade para os serviços responderem ao relatório preliminar. Os níveis de pontuação são definidos por lei (VICTORIAN GOVERNMENT, 2010), e as Autoridades Reguladoras têm o poder de atuar, por exemplo, suspendendo ou cancelando a aprovação de um serviço ou emitindo uma “notificação de inobservância” no caso de violação dos regulamentos. O processo avaliativo também inclui atividades moderadoras no âmbito da Autoridade Reguladora e permite que os serviços busquem a revisão (ou recorram contra) de uma pontuação. Os exames iniciais são apresentados à Autoridade Reguladora. Um segundo time de profissionais da agência nacional (ACECQA) fica a postos para casos de contestação. A ACECQA é responsável pelo estabelecimento de procedimentos consistentes, eficazes e eficientes para a implementação dos principais componentes do sistema nacional de qualidade. A legislação prevê a publicação da pontuação dos serviços de EI aprovados e permite às instituições tentar obter uma pontuação mais alta perante a ACECQA (até o nível “excelente”).

Todas as Autoridades Reguladoras possuem ferramentas comuns, disponíveis para assegurar a observância dos serviços aos padrões de qualidade, aos requisitos de segurança das crianças e a outros dispositivos legais. Penalidades

são prescritas por força de lei e instruções podem ser dadas para forçar o cumprimento de determinadas etapas, ou para orientar as pessoas responsáveis quanto a compromissos exigidos por lei. Em casos de risco à saúde, segurança ou bem-estar das crianças, podem ser aplicadas suspensões, ações de emergência e proibições.

## **DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO E DO PROCESSO DE PONTUAÇÃO**

As sucessivas versões do Padrão Nacional de Qualidade estiveram sujeitas a consultas simultâneas e pré-testes antes de serem finalizadas. Os primeiros pré-testes, em 2010, envolveram 21 instituições por toda a Austrália e abrangeram entrevistas e levantamentos cujo objetivo era colher informações que ajudariam a refinar o processo de avaliação e a documentação pertinente. Nesse estágio, as etapas do processo de avaliação, o guia para utilização da ferramenta e o treinamento de avaliadores estavam sujeitos a testes e ajustes. O pré-teste revelou a necessidade de treinamento específico sobre o currículo (Learning Framework: belonging, being, becoming), fixando o Padrão de Qualidade e definindo o formato da avaliação, sendo que a terminologia foi alterada em alguns casos. Esse pré-teste auxiliou no refinamento do Guia do PNQ (ACECQA, 2011), a ferramenta de referência para serviços e avaliadores.

A segunda etapa do pré-teste, em 2010-2011, envolveu mais de 200 unidades que foram avaliadas e pontuadas. Os documentos foram finalizados para implementação, incluindo o guia, o instrumento de pontuação e o processo de planejamento de autoavaliação e melhoria da qualidade. O Conselho Australiano de Pesquisa Educacional (Australian Council for Educational Research – ACER) liderou um exame da validade fatorial do instrumento e a confiabilidade do processo para determinar se sua aplicação garantiria uma medição consistente e replicável, e que permitiria uma distinção entre os níveis de pontuação. Os dados colhidos por levantamentos e grupos focais aprimoraram a análise quantitativa de pontuações e a amostra apresentada no relatório final foi também revista para determinar se a linguagem utilizada traduzia as decisões relativas à pontuação. Os

resultados confirmaram a validade e a confiabilidade do instrumento e do processo, e orientaram o desenvolvimento do processo de avaliação e alguns ajustes adicionais. Das unidades avaliadas, 47% foram classificadas como atendendo ou excedendo o Padrão Nacional de Qualidade (ACER, 2012). Foi também evidenciado que os padrões relativos a práticas e programas educacionais eram mais difíceis de serem alcançados. Esse resultado era esperado, uma vez que manter um currículo é uma novidade para muitas unidades australianas.

### **AJUSTES NO INSTRUMENTO E TREINAMENTO DOS AVALIADORES**

Os ajustes adicionais do instrumento, juntamente com o desenvolvimento de um programa de treinamento detalhado para os avaliadores, foi o compromisso da equipe de pesquisas de Universidade de Melbourne,<sup>4</sup> liderada pela autora, do final de 2011 até meados de 2012. O projeto envolvia o desenvolvimento de uma interpretação sobre o “padrão ideal”, desenvolvido a partir dos padrões nacionais de qualidade, demonstrando tais evidências por vídeo. Houve também o treinamento de uma equipe nacional de avaliadores, especialistas nesse “padrão ideal” que, por sua vez, estavam aptos a treinar e avaliar sistematicamente os profissionais autorizados pelos Órgãos Reguladores em toda a Austrália. Um comitê diretor composto de especialistas (inclusive profissionais da gestão e da regulamentação e conselheiros da área de qualidade) de todas as regiões da Austrália orientaram o projeto, possibilitando a participação de cada jurisdição em: *workshops* e exercícios para aprimorar a descrição, os principais construtos do instrumento de avaliação do Padrão Nacional de Qualidade; a codificação de diversas amostras de vídeo coletadas entre vários tipos de unidades e de localidades; e uma revisão progressiva dos materiais de suporte avaliativo e dos pacotes de treinamento.

A atividade de interpretação sobre o “padrão ideal” envolveu: exames e análise de materiais, processos, dados e resultados das testagens iniciais; modificação da linguagem dos padrões e de seus elementos a fim de esclarecer seus

**4** A equipe de pesquisas do PNQ contou com a participação dos Drs. Karin Ishimine, Abigail Weldon-Chan, Isabel Brookes e Amy Parthenopoulos.

construtos principais; geração de consenso quanto à interpretação de padrões e elementos; especificação de patamares ou discriminadores que demarcassem níveis e padrões; aprimoramento da linguagem e dos descritores; documentação de padrões que não são possíveis de serem verificados pelo vídeo de treinamento.

Situações gravadas em vídeo foram colhidas a fim de desenvolver o “código-mestre” para os padrões. Sob o processo de aprovação do comitê de ética universitário (University Human Research Ethics), os pesquisadores trabalharam em conjunto com a Early Childhood Australia (ECA) para obter material fotográfico e em vídeo das práticas cotidianas, em uma ampla variedade de unidades. Os contextos, a geolocalização, o tipo de serviço, o tipo de atividade e as faixas etárias foram características consideradas na seleção das unidades para garantir a variabilidade e a representação de todos os tipos de unidade que são avaliados sob o Padrão Nacional de Qualidade. As práticas cotidianas referem-se: às interações com crianças e suas famílias; às interações das crianças entre si; à utilização de ambientes internos e ao ar livre; ao uso de recursos e materiais; e à implementação da rotina, do currículo e de avaliações práticas. Diversas práticas típicas (por exemplo, trechos de 20 minutos de interações ou atividades) foram selecionadas para pontuação com base no Padrão Nacional de Qualidade. Foram coletados 65 exemplos em DVD. Para dar respaldo aos pacotes de treinamento e testagens, a equipe concluiu um estudo detalhado de 24 gravações em DVD que identificavam os principais comportamentos, no que tange ao Padrão Nacional Australiano de Qualidade. Para garantir que todas as pontuações fossem sistemáticas e confiáveis, cada avaliador trabalhou separadamente, e posteriormente participou de um processo de discussão para que chegassem a um acordo sobre o nível PNQ atribuído à prática do cotidiano. Cada vídeo foi avaliado por pelo menos três avaliadores especializados. O resultado desse processo foi a criação do “código-mestre” para o DVD.

Nem todos os aspectos do Padrão de Qualidade permitiam o uso de situações gravadas em vídeo para ilustrar um padrão. Situações tiveram que ser desenvolvidas de forma a

complementar a série de vídeos e proporcionar evidências hipotéticas (evidência que seria coletada em campo, por meio de questionamentos, discussões e revisões de documentos impressos) de elementos não observáveis no âmbito do Padrão. A equipe de pesquisa compilou as evidências, garantindo que as situações abrangessem diferentes níveis de observância aos regulamentos e para demonstrar o Padrão. Isso permitiu aos avaliadores em treinamento a exposição, no âmbito do programa, a uma série de evidências de práticas de diferentes níveis de qualidade.

Os dois pacotes de treinamento (para o avaliador e para o profissional que fará o treinamento dos avaliadores) foram concluídos pelo comitê diretor após a conclusão e revisão dos códigos-mestres para exemplos em vídeo e das situações hipotéticas. Os materiais do projeto, incluindo os vídeos, as justificativas para os códigos-mestres dos vídeos, as folhas de pontuação e das evidências adicionais, foram importantes para o treinamento e a testagem com o instrumento PNQ. O treinamento inicial envolveu duas fases: um programa de dois dias que apresentava os documentos-chave: a Estrutura Nacional de Qualidade; o Padrão Nacional de Qualidade; o Currículo (Learning Framework) aprovado e a estrutura legislativa para o ENQ; e uma introdução à observância e monitoria, incluindo anotações e redação de relatórios. A segunda fase envolvia um programa de quatro dias, liderado pela equipe de pesquisa de Melbourne, compreendendo dezesseis sessões que ofereciam treinamento especializado, coleta e análise de dados, interpretação e aplicação do instrumento na prática. Avaliadores-chefes de toda a Austrália concluíram esse treinamento em abril de 2012, e posteriormente tornaram-se responsáveis pelo treinamento de profissionais autorizados em cada jurisdição, bem como pela implementação sistemática do processo de avaliação e pontuação em suas localidades, a partir de julho de 2012.

O plano e o processo de treinamento de avaliadores utilizaram o modelo de treinamento de trabalho de campo lançado pelo estudo longitudinal da E4Kids.<sup>5</sup> A contribuição dos participantes que foram filmados nas diversas unidades de EI foi altamente valorosa, no sentido de tornar possível o

<sup>5</sup> Disponível em: <[www.e4kids.org](http://www.e4kids.org)>. Acesso em: ago. 2014.

treinamento dos avaliadores. Os materiais de treinamento, o modelo de testagem e a responsabilidade por manter a qualidade do treinamento, da testagem e da garantia de implementação do Padrão foram transferidos para a *Australian Children's Education and Care Quality Authority* no encerramento do projeto, em maio de 2012. A Universidade de Melbourne continua utilizando os materiais da pesquisa para o ensino, pesquisas adicionais e envolvimento de pessoas interessadas no PNQ.

### **MANUTENÇÃO E TESTES DE CONFIABILIDADE E CONSISTÊNCIA**

Os avaliadores-chefes e todos os profissionais autorizados que conduziram a avaliação do Padrão Nacional de Qualidade são obrigados a participar de testes periódicos para assegurar a aplicação consistente do instrumento de avaliação. Uma sessão de vídeos-teste e documentos comprobatórios foi preparada com esse fim. Em primeira instância, logo após o treinamento, os avaliadores examinam três DVDs e os respectivos materiais, para pontuar o desempenho com base nos padrões. Para passar no teste do primeiro nível, sendo, portanto, qualificado para avaliar serviços no PNQ, cada avaliador deve obter, pelo menos, 80% de fidelidade com os códigos-mestres de cada padrão. *Feedback* quanto ao desempenho e a segunda testagem são disponibilizados para aqueles que precisam de mais prática antes de atingir o nível de confiabilidade. Mais tarde, depois de um período adicional como avaliador de campo, cada profissional autorizado passa por novos testes para garantir a fidelidade às interpretações dos construtos dos padrões. Essa nova testagem é conduzida on-line, antes de assistir aos DVDs e seus materiais.

A ACECQA coordena um “grupo de consistência”, composto de avaliadores e profissionais de todas as jurisdições, para monitorar a consistência da aplicação da Estrutura Nacional de Qualidade, inclusive os processos de avaliação e pontuação, bem como para planejar sistematicamente soluções para questões que surjam no campo. Esse grupo é a fonte constante de informações sobre a fidelidade de implementação do instrumento de avaliação, da consistência das

pontuações e da integridade das informações dos relatórios de avaliação sob o PNQ fornecidos às instituições da área de EI.

## **RESULTADOS INICIAIS**

No início de 2014, 35% das unidades aprovadas na Austrália haviam sido avaliadas com base no Padrão Nacional de Qualidade (ACECQA, 2014). Essa porcentagem de unidades foi abaixo do esperado, tendo em vista que a expectativa para o término dessa primeira leva de avaliação seria para meados de 2015. A velocidade da avaliação é limitada pela disponibilidade de recursos humanos (profissionais autorizados) de cada jurisdição, e ao crescimento do atendimento da EI como um todo. Além disso, à medida que os avaliadores se acostumam com a aplicação do instrumento, ele se torna mais eficiente.

Algumas medidas foram adotadas para melhorar o processo de avaliação, ao mesmo tempo em que asseguram a fidelidade e a consistência. Modelos de relatórios e *feedback* sobre eles às unidades foram adotados e os prazos para os ciclos de avaliação e pontuação têm sido reduzidos. A ACECQA emite relatórios da evolução da pontuação, bem como os resultados, para consulta pública trimestralmente. Relatórios mensais da evolução da pontuação são fornecidos aos ministros de cada jurisdição.

Em março de 2014, 61% dos serviços avaliados e pontuados somaram 35% de instituições que atendiam aos requisitos do Padrão Nacional de Qualidade e 26% de instituições que os superavam. Dos serviços pontuados como “em vias de atingir” o padrão de qualidade, 35% atendem ou excedem os padrões em pelo menos cinco das sete áreas de qualidade. A “Área de Qualidade 1: O Programa Educacional e a prática” continua sendo a mais difícil de atingir. As creches domiciliares são relativamente mais propensas a atingir a pontuação adequada no PNQ do que os serviços de creche que são pontuados como “em vias de atingir” especialmente em relação à Área de Qualidade 1.

## CONCLUSÃO

Este artigo delineou o sistema australiano de EI à luz das principais mudanças no sistema ocorridas entre 2009 e 2014. A base da Estrutura Nacional de Qualidade e de seus componentes foi descrita de forma a ilustrar a abrangência das iniciativas implantadas com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços de EI. Particularmente, a natureza e o conteúdo de um Padrão Nacional de Qualidade adotado recentemente e do processo de seu desenvolvimento foram destacados para apresentar os ajustes feitos no instrumento de avaliação e pontuação que tem sido utilizado para avaliar o desempenho dos serviços de EI com base no Padrão. Os resultados iniciais da avaliação da qualidade dos serviços com base em um novo padrão verificam que muitos serviços demonstram que o Padrão ainda se aplica a uma minoria de instituições que continuam trabalhando para atingi-lo. O programa e a prática educacional representam a Área de Qualidade que parece ser a mais difícil de equiparar ao Padrão exigido. A área requer a utilização de um currículo aprovado; um currículo baseado na brincadeira e nas ideias e interesses das crianças; experiências e rotinas inclusivas e cognitivamente desafiadoras; e uma demonstração de foco, atividade e reflexão, por parte dos educadores, em suas práticas e interações com as crianças. Demonstrar um programa forte e uma prática que promova os cinco resultados de aprendizagem definidos no currículo (Learning Framework) é a única grande mudança proposta pela nova pauta nacional de qualidade.

O fato de todas as unidades aprovadas estarem sendo avaliadas com base no Padrão Nacional de Qualidade tem sido considerado positivo para crianças, famílias, educadores, prestadores de serviços e governos. Espera-se que o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças sejam beneficiados por um sistema que estimule melhorias na qualidade dos programas e das experiências. Espera-se que as famílias sejam beneficiadas, recebendo mais informações sobre a qualidade dos programas e, dessa forma, sejam mais capazes de apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças durante o programa. Espera-se que os educadores se beneficiem sendo reconhecidos por suas habilidades profissionais, por sua contribuição ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças,

e que recebam apoio para aprimorarem sua especialização profissional, mantendo-se em consonância com as intenções do PNQ. Espera-se que os prestadores de serviços se beneficiem por terem sua carga regulatória reduzida (um único conjunto de regras e menos restrições) e por poderem demonstrar o valor e os benefícios de seus serviços à comunidade, à luz de um padrão comum. Espera-se que os governos estejam mais bem posicionados para determinar o valor de seu investimento nos serviços de EI. Se esses ideais serão concretizados e de que forma, ainda está por ser revelado.

## REFERÊNCIAS

AUSTRALIA. Council of Australian Governments. *Investing in the early years. A national early childhood development strategy*. July 2009. Canberra: Commonwealth of Australia, 2009a.

\_\_\_\_\_. Department Of Education, Employment And Workplace Relations. *Belonging being and becoming: the early years learning framework for Australia*. Canberra: DEEWR, 2009b.

\_\_\_\_\_. *Towards a national quality framework for early childhood education and care: Report of the Expert Advisory Panel on Quality Early Childhood Education and Care*, January 2009, 2009c. Disponível em: <[http://www.deewr.gov.au/EarlyChildhood/OfficeOfEarlyChildhood/agenda/Documents/EAP\\_report.pdf](http://www.deewr.gov.au/EarlyChildhood/OfficeOfEarlyChildhood/agenda/Documents/EAP_report.pdf)>. Acesso em: jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *My Time Our Place: Framework for School Age Care in Australia*. Canberra: DEEWR, 2011a.

\_\_\_\_\_. New South Wales Government. *Education and Care Services National Regulations*, 2011b. Disponível em: <<http://www.legislation.nsw.gov.au>>. Acesso em: ago. 2014.

AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY. *Guide to the National Quality Standard*. Sydney: ACECQA, 2011.

\_\_\_\_\_. *National Quality Standard for Early Childhood Education and Care and School Age Care*. Sydney: ACECQA, 2012a.

\_\_\_\_\_. *National Quality Standard Assessment and Rating Instrument*. Sydney: ACECQA, 2012b.

\_\_\_\_\_. *NQF Snapshot. Q1, 2014*. A quarterly report from the Australian Children's Education and Care Quality Authority, May 2014. Disponível em: <[www.acecqa.gov.au](http://www.acecqa.gov.au)>. Acesso em: ago. 2014.

AUSTRALIAN COUNCIL OF EDUCATIONAL RESEARCH (ACER). *Evaluation of the Assessment and Rating Process under the National Quality Standard for Early Childhood Education and Care and School Age Care*. Melbourne: ACER, 2012.

AUSTRALIAN PRODUCTIVITY COMMISSION. *Report on Government Services 2014*, 2014. Disponível em: <<http://www.pc.gov.au/gsp/rogs>>. Acesso em: ago. 2014.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: SZEMAN, I.; KAPOSY, T. (Ed.). *Cultural theory. An anthology*. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2011. p. 81-93.

BRIDGES, W. *Transitions: making sense of life's changes*. Massachusetts: Addison Wesley, 1980.

BURCHINAL, M. R.; CRYER, D. Diversity, child care quality, and developmental outcomes. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 18, p. 401-426, 2003.

BURCHINAL, M. R.; PEISNER-FEINBERG, E. S.; BRYANT, D.; CLIFFORD, R. M. Children's social and cognitive development and child care quality: testing for differential associations related to poverty, gender, or ethnicity. *Applied Developmental Science*, v. 4, n. 3, p. 149-165, 2000.

BURCHINAL, M. R.; ROBERTS, J. E.; NABORS, L. A.; BRYANT, D. M. Quality of center child care and infant cognitive and language development. *Child Development*, v. 67, p. 606-620, 1996.

CAMPBELL, F.; CONTI, G.; HECKMAN, J. J.; SEONG, H. M.; PINTO, R.; PUNGELLO, L.; PAN, Y. Early Childhood Investments Substantially Boost Adult Health. *Science*, v. 343, p. 1478-1485, 2014.

DICKINSON, D. K.; SMITH, M. W. Supporting language and literacy development in the preschool classroom. In DICKINSON, D. K.; TABORS, P. O. (Ed.). *Beginning literacy with language: young children learning at home and school* (p. 139-148). Baltimore, MD: Brookes, 2001.

HAMRE, B. K.; PIANTA, R. C. Early teacher-child relationships and the trajectory of children's school outcomes through eighth grade. *Child Development*, v. 72, n. 2, p. 625-638, 2001.

HAMRE, B.; HATFIELD, B.; PIANTA, R.; JAMIL, F. Evidence for General and Domain-Specific Elements of Teacher-Child Interactions: Associations With Preschool Children's Development. *Child Development*, p. 1-18, 2013.

HARRIS HELM, J.; KATZ, L. *Young Investigators. The Project Approach in the Early Years*. 2nd. ed. New York: Teachers College Press, 2011.

HOWES, C.; BURCHINAL, M.; PIANTA, R.; BRYANT, D.; EARLY, D.; CLIFFORD, R.; BARBARIN, O. Ready to learn? Children's pre-academic achievement in pre-kindergarten programs. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 23, p. 27-50, 2008.

ISHIMINE, K.; TAYLER, C.; BENNETT, J. Quality and Early Childhood Education and Care. *International Journal of Child Care and Education Policy*, v. 4, n. 2, p. 67-80, 2010.

LANDRY, S. H.; SWANK, P. R.; SMITH, K. E.; ASSEL, M. A.; VELLETT, S. Does early responsive parenting have a special importance for children's development or is consistency across early childhood necessary? *Developmental Psychology*, v. 37, p. 387-403, 2001.

MASHBURN, A. J.; PIANTA, R. C.; HAMRE, B. K.; DOWNER, J. T.; BARBARIN, O. A.; BRYANT, D.; BURCHINAL, M.; EARLY, D. M.; HOWES, C. Measures of classroom quality in prekindergarten and children's development of academic, language, and social skills. *Child Development*, v. 79, n. 3, p. 732-749, 2008.

NATIONAL CHILDCARE ACCREDITATION COUNCIL. *Quality Improvement and Accreditation System Handbook*. Commonwealth of Australia: NCAC, 1993.

NEUMAN, S. B.; CARTA, J. J. Advancing the measurement of quality for early childhood programs that support early language and literacy development. In: ZASLOW, M.; MATINEZ-BECK, I.; TOUT, K.; HALLE, T. (Ed.). *Quality Measurement in early childhood settings*. Baltimore, MD: Brookes, 2011. p. 51-76.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Starting strong II*. Paris: OECD, 2006.

PEISNER-FEINBERG, E. et al. The relation of preschool childcare quality to children's social development through second grade. *Child Development*, v. 72, p. 1534-1553, 2001.

PESSANHA, M.; AGUIAR, C.; BAIRRAO, J. Influence of structural features on Portuguese toddler child care quality. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 204-214, 2007.

PIANTA, R. C.; BARNETT, S. W.; BURCHINAL, M.; THORNBURG, K. R. The Effects of Preschool Education: What We Know, How Public Policy Is or Is Not Aligned With the Evidence Base, and What We Need to Know. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 10, n. 2, p. 49-88, 2009.

PUTNAM, R. *Bowling alone*. New York: Simon and Schuster, 2000.

SABOL, T. J.; SOLIDAY HONG, S. L.; PIANTA, R. C.; BURCHINAL, M. R. Can rating pre-K programs predict children's learning? *Science*, v. 341, p. 845-846, 2013. Disponível em: <[www.sciencemag.org](http://www.sciencemag.org)>. Acesso em: ago. 2014.

SHONKOFF, J. P.; PHILLIPS, D. A. *From Neurons to Neighborhoods*. The Science of Early Childhood Development. Washington DC: National Academic Press, 2000.

SIRAJ-BLATCHFORD, I.; MAYO, A.; MELHUISE, E.; TAGGART, B.; SAMMONS, P.; SYLVA, K. Performing against the odds: developmental trajectories of children in the EPPSE 3-16 study. *Research Brief DFE-RB128*, 2011. Disponível em: <<http://www.ioe.ac.uk/research/153.html>>. Acesso em: ago. 2014.

SYLVA, K.; MELHUISE, E.; SAMMONS, P.; SIRAJ-BLATCHFORD, I.; TAGGART, B. Pre-school quality and educational outcomes at age 11: low quality has little benefit. *Journal of Early Childhood Research*, v. 9, n. 2, p. 109-124, 2011.

TOUT, K.; ZASLOW, M. Measuring the Quality of Early Care and Education Programs at the Intersection of Research, Policy and Practice. *Research-to-Policy, Research-to-Practice Brief*, OPRE 2011-10a, Dec. 2010.

VICTORIAN GOVERNMENT. *Education and Care Services National Law Act*. No.69 of 2010. Melbourne: Government the State of Victoria, 2010.

**COLLETTE TAYLER**

PhD., professora titular em “Early Childhood Education and Care (ECEC)” na Melbourne Graduate School of Education – Universidade de Melbourne, Austrália. Coordenadora do estudo longitudinal E4Kids e líder local dos projetos 3A (Abecedarian Approach Australia)  
*collette.tayler@unimelb.edu.au*

**Recebido em:** JULHO 2014

**Aprovado para publicação em:** AGOSTO 2014